

## DEPOIMENTO MV NA CPI DO MENSALÃO EM 9 DE AGOSTO DE 2005

Em seu terceiro depoimento ao Congresso, o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza apresentou nomes de 75 pessoas supostamente ligadas ao PSDB que teriam sido beneficiadas em 1998 por dinheiro originado de esquema semelhante ao que resultou na atual crise política. Afirmou ainda que o ex-ministro José Dirceu era o "avalista superior" dos empréstimos feitos por suas empresas para financiar o PT e os partidos aliados e, em vários momentos, atacou o publicitário Duda Mendonça.

"Em mãos diferentes e em situações diferentes, eles são similares, sim", disse, sobre os repasses ao PT e os de 1998, durante a campanha de reeleição do então governador tucano de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, que perdeu para Itamar Franco.

Apesar de manter as acusações de que Dirceu sabia dos empréstimos repassados ao PT, o empresário não apresentou provas. Disse apenas que sabia da informação por tê-la ouvido do ex-tesoureiro petista Delúbio Soares.

"[Os empréstimos] tinham o aval do senhor Delúbio Soares, que cansou de me falar que o senhor José Dirceu sabia das operações", afirmou, num depoimento em que chegou a dizer que não morria de amores pelo ex-ministro e que concordava com a opinião de que se tratava de uma pessoa "arrogante e prepotente".

Apontado como o "operador" do pagamento de mesadas a deputados, Valério reafirmou, na CPI do Mensalão, que Duda Mendonça foi beneficiado por R\$ 15,5 milhões oriundos de suas empresas. Duda nega as transações.

"O dinheiro saiu das minhas contas. Eu sei para quem eu dei. O senhor Duda Mendonça recebeu o que está aí [na lista]", afirmou o empresário, que entregou ainda à CPI cópias de propostas de contratos assinados pela sócia de Duda, Zilmar Fernandes, em 1998, para a campanha tucana em Minas Gerais.

Segundo Valério, ele repassou R\$ 4,5 milhões, por meio de Cláudio Mourão, tesoureiro da campanha tucana de Minas em 1998, para o pagamento de notas assinadas pela sócia de Duda. Ao contrário do que dissera à CPI dos Correios, em 6 de julho, Valério apresentou a lista de 31 beneficiários de empréstimos que suas empresas contraíram nos bancos Rural e BMG, em 2003 e 2004, e que repassaram a pessoas indicadas pelo PT.

A lista, que totaliza repasses de R\$ 55,7 milhões, foi a mesma entregue na semana passada à Procuradoria Geral da República. Já os 75 nomes da lista de 1998 seriam aliados do hoje presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), então candidato ao governo de Minas Gerais. Eles teriam recebido R\$ 1,8 milhão. Mas Valério diz ter repassado R\$ 10 milhões à campanha -ele não teria conseguido reunir os demais comprovantes.

"Na época, não valia a pena eu brigar com o hoje senador Eduardo Azeredo nem com o PSDB porque ele [o partido] era governo federal. Eu perderia minhas contas", afirmou Valério.

O depoimento do publicitário começou às 12h15 e não havia se encerrado até o fechamento desta edição. Nele, Valério atacou também Roberto Jefferson (PTB-RJ), autor das denúncias sobre o "mensalão", afirmando ter ouvido que o genro do petebista, Marcus Vinícius Ferreira, teria tentado desviar recursos do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), que era controlado pelo PTB.

Seu depoimento foi pontuado por declarações de que estaria arrependido, de que sua vida estaria acabada e de que estaria "quebrado". "Deus me deu dois braços. Se ninguém me der emprego, se precisar vender banana na esquina, vou vender e criar meus filhos, com fé em Deus", disse. Ao ser elogiado por Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) por seu "desprendimento", respondeu: "Também, depois dessa cagada toda".

**PSDB E O ESQUEMA DE 1998** - Valério revelou os nomes de 75 beneficiários de repasses em 1998 e disse que o então tesoureiro da campanha de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao governo de Minas Gerais, Cláudio Mourão, pode confirmar os nomes cujos recibos de repasse não mais existiriam. Valério disse que o então candidato a vice na chapa de Azeredo e hoje presidente da CNT (Confederação Nacional dos Transportes), Clésio Andrade, foi quem pediu a ele para levantar um empréstimo de R\$ 10 milhões no Banco Rural como forma de socorrer a campanha tucano-pefelista. "Eu fiz esse empréstimo para a campanha e o senhor Cláudio Mourão determinou os pagamentos", disse Valério. O publicitário afirmou ainda que levou depois "um cano" de Clésio.

"Fiz um acordo com o Banco Rural e paguei R\$ 2 milhões que tinha no caixa. O restante foi pago com propaganda ao Banco Rural, que é cliente até hoje da SMPB".

"Na época não valia a pena eu brigar com o hoje senador Eduardo Azeredo nem com o PSDB porque ele era governo federal."

|                      |
|----------------------|
| PROS Nº 03/2005 - CN |
| CPMI - CORREIOS      |
| Fls: 04              |
| Doc: 3562            |

Valério afirma que negociou com o PT agora porque tinha igual temor. "Não ser perseguido já era o suficiente para mim", afirmou, sobre a relação com o PT.

**EMPRÉSTIMOS AO PT** - "O PT me deve o valor corrigido, que os bancos estão me cobrando, eu acho que são R\$ 100 milhões. Hoje entrei com pedido judicial para apurar o valor real e negociar ou entrar na Justiça contra o PT", afirmou.

**DIRCEU** - Valério conta que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares dizia que o partido tinha arrecadação anual de R\$ 50 milhões e que essa arrecadação iria dobrar com a chegada do partido ao poder. Com isso, haveria a garantia de que os empréstimos seriam pagos. "[O PT] teria condições de pagar os empréstimos. Além disso, tinha o aval do senhor Delúbio Soares, que cansou de me falar que o senhor José Dirceu sabia das operações. A um dado momento, quando os empréstimos foram renovados com juros, em que não se pagava nada dos empréstimos. Isso me deixou tranqüilo, de saber que as pessoas sabiam que tinha um aval superior", afirmou, se referindo a Dirceu. Mas ressaltou: "Se o senhor me perguntar, com toda a sinceridade: "O aval do senhor José Dirceu foi dado a você?", eu lhe falo que não, mas foi confirmado a mim pelo senhor Delúbio", disse.

Valério se referiu a Dirceu, a quem disse considerar um "inimigo", em vários pontos do depoimento. Num deles, disse que os responsáveis por sua vida ter acabado são ele próprio, Valério, Delúbio e Dirceu.

"Vou falar uma coisa que depois posso até ser crucificado. Mas não morro de amores pelo deputado José Dirceu". Ao ser questionado se concordava com a afirmação de que o deputado é arrogante e prepotente, respondeu: "Em gênero, grau e número".

**ROBERTO MARQUES** - Valério disse não saber se a autorização de saque para Roberto Marques diz respeito ao assessor e amigo de Dirceu. "Apesar de todo o meu sentimento pessoal, não quero cometer injustiças. Eu não sei se esse Roberto Marques é o mesmo Roberto Marques do ministro José Dirceu", afirmou. Dirceu e o assessor negam ser beneficiários de dinheiro de Valério.

**PORTUGAL TELECOM** - Valério negou ter ido a Lisboa com o tesoureiro informal do PTB Emerson Palmieri para levantar recursos na Portugal Telecom. Ele negou também ter se apresentado como consultor do governo brasileiro.

Disse ter ido tratar de contas publicitárias com a multinacional e que Palmieri foi com ele "para fugir do Roberto Jefferson", que o estaria pressionando para conseguir dinheiro para o PTB. Valério confirmou, porém, ter se encontrado com Dirceu 13 dias antes da viagem, em reunião agendada por Delúbio.

"Quem marcou a reunião com o ministro José Dirceu a meu pedido foi Delúbio Soares. E eu fui acompanhando o doutor Ricardo Espírito Santo", afirmou, se referindo ao representante no Brasil do banco português Espírito Santo, o principal acionista da Portugal Telecom.

"Eles têm investimento acima de R\$ 1 bilhão no Brasil e ele foi colocar esses investimentos para o governo brasileiro. E eles iam investir novamente, como investiram na compra do UOL, junto com a Folha de S.Paulo", disse.

**CÂMARA** - O publicitário negou irregularidade no contrato de sua empresa com a Câmara pelo fato de ele ter sido um dos responsáveis pela campanha do ex-presidente da Casa João Paulo Cunha (PT-SP). Afirmou que situação semelhante ocorreu na gestão de Aécio Neves (PSDB-MG) -empresa do mesmo grupo que fez a campanha do tucano teria ganho a licitação para fazer a comunicação da Casa.

**ROBERTO JEFFERSON** - Além de Dirceu, Valério centrou fogo em Roberto Jefferson, a quem acusou de forçar Emerson Palmieri a fazer negociações. O publicitário afirma ter ouvido de Palmieri a informação de que o genro de Jefferson, Marcos Vinícius, conhecido como "Nescau", teria tentado desviar recursos do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil).

"[Tínhamos] uma certa intimidade, a ponto de ele me contar que estava sofrendo uma pressão muito grande do Roberto Jefferson por causa de dinheiro", afirmou.

Segundo Valério, Palmieri teria batido boca com Jefferson porque o petebista queria que ele "fosse buscar um dinheiro que o genro dele tinha arrumado dentro do IRB, um tal de Nescau".

"Ele [Palmieri] ainda virou e falou para mim: "Esse Nescau é chave de cadeia".

|  |
|--|
| BOS Nº 03/2005 - CN<br>CPMI - CORREIOS |
| Fls: 02                                |
| Doc: 3562                              |

**CORRUPÇÃO** - "Eu me arrependo do que fiz, mas não comungo com esses rótulos a essas pessoas [políticos]. Porque são dívidas do passado, de campanha, e é assim que funciona no Brasil. Eu me considero errado, mas não considero as pessoas que eu relatei ou para as quais passei recursos corruptas nem ladras."

**DUDA MENDONÇA** - Valério confirmou que Duda recebeu R\$ 15,5 milhões e levantou mais suspeitas sobre o colega. "Não conheço operação de outras agências, mas vou dar exemplos. Falaram nos jornais que eu era testa de ferro do sr. Daniel Dantas, mas se o sr. pegar a conta da Telemig Celular [de Dantas, com as agências de Valério], ela faturou R\$ 100 milhões e poucos", disse, acrescentando: "Se pegar o Duda Mendonça, que ganhou a conta em 2003, já faturou mais de R\$ 200 milhões e a dele é Brasil Telecom", disse.

Sobre os R\$ 15,5 milhões: "O dinheiro saiu das minhas contas. Eu sei para quem eu dei. (...) O sr. Duda Mendonça recebeu o que está aí. Tenho alguns comprovantes bancários, mas de tudo, não", afirmou.

Segundo Valério, o dinheiro destinado ao publicitário da campanha de Lula era entregue à sua sócia Zilmar Fernandes ou "para quem ela mandou pagar". "Para onde ele [Duda] mandou o dinheiro, onde está e o que ele fez, eu não tenho a menor idéia", afirmou.

**ORGIAS** - Valério negou ainda ter participado de "alguma festa ou orgias" dadas por suas empresas a políticos.

**(RANIER BRAGON, LUCIANA CONSTANTINO E SILVIO NAVARRO)**

### **Entre políticos mineiros beneficiados em 1998 em campanha estão dois deputados federais, cinco deputados estaduais e três prefeitos**

#### **Dez da lista de Valério exercem mandato**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

A lista de beneficiários de recursos das contas de Marcos Valério de Souza na campanha eleitoral de 1998 em Minas Gerais traz nomes de pelo menos dez políticos do Estado que atualmente exercem mandatos: dois deputados federais, cinco deputados estaduais e três prefeitos.

Também figuram na lista uma ex-senadora, pelo menos 14 ex-deputados estaduais e seis integrantes do governo Aécio Neves (PSDB-MG). A relação traz 79 transferências no valor total de R\$ 1,805 milhão.

Em depoimento ontem à CPI do Mensalão, Valério afirmou que os recursos tiveram origem em empréstimo feito para bancar a campanha liderada pelo PSDB em Minas Gerais em 1998.

Os deputados federais por Minas que aparecem na lista de Valério são Custódio Mattos (PSDB), que teria recebido R\$ 20 mil, e Romel Anízio (PP), com R\$ 100 mil.

Os deputados estaduais são Carlos Pimenta (PDT), com R\$ 12 mil; Ermano Batista (PSDB), com R\$ 25 mil; Alencar da Silveira Júnior (PDT), com R\$ 10 mil; Maria Olívia (PSDB), com R\$ 15 mil; e Gil Pereira (PP), com R\$ 25 mil.

Os prefeitos eleitos no ano passado que aparecem na lista de Valério também já foram deputados estaduais em Minas Gerais. São eles: Sebastião Navarro (PFL), de Poços de Caldas; Tarcísio Henriques (PMDB), de Cataguases; e Marcelo Gonçalves (PDT), de Pedro Leopoldo. Eles teriam recebido, respectivamente, R\$ 9.000, R\$ 10 mil e R\$ 20 mil. A ex-senadora Júnia Marise (PDT), que ocupou o cargo de 1991 a 1999, é a principal beneficiária da lista, com R\$ 200 mil.

Outros sete deputados estaduais eleitos em 1994 constam ainda da lista de Valério: Elmo Braz (eleito pelo PP e atual membro do Tribunal de Contas do Estado), Kemil Kumaira (eleito pelo PMDB), Aldimar Dimas Rodrigues (eleito pelo PP), Wanderley Ávila (eleito pelo PSDB e também membro do TCE), Olinto Godinho (eleito pelo PL), Francisco Ramalho (eleito pelo PSDB) e Ajalmar José da Silva (eleito pelo PTB). As transferências atribuídas a eles somam R\$ 96 mil.

#### **Governo Aécio Neves**

Dos membros do governo Aécio Neves que figuram na lista, um é deputado estadual licenciado - Bilac Pinto (PFL, com R\$ 20 mil), secretário de Ciência e Tecnologia.

Outros três já foram deputados estaduais: Amilcar Martins (PSDB, com R\$ 8 mil), presidente da

PROSP - 03/2005 - CN  
COM CORREIOS  
03  
25 da 2

Fundação João Pinheiro; João Batista de Oliveira (PDT, com R\$ 7 mil), subsecretário de Direitos Humanos; e Baldonado Napoleão (PSDB, com R\$ 3 mil), presidente da Epamig (estatal de pesquisa agropecuária).

Outros integrantes do governo mineiro que aparecem na lista são Humberto Cavalcanti, diretor-geral do IEF (Instituto Estadual de Florestas), com R\$ 3 mil; e Silvana Vieira Felipe, funcionária do Departamento de Obras Públicas).

A deputada licenciada Elbe Brandão (PSDB), secretária extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri do governo Aécio Neves, teria recebido R\$ 15 mil por meio do assessor Maurício Figueiredo.

Candidato a deputado estadual pelo PTB em 1998, o médico Cantídio Cotta de Figueiredo - irmão do vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Cotta- aparece como beneficiário de R\$ 55 mil na lista de Marcos Valério.

Cantídio de Figueiredo também é indicado como autor de um saque de R\$ 68 mil em uma conta da agência de publicidade SMPB no ano passado.

Entre outros beneficiários da lista de 1998 estão o filho do deputado federal Ibrahim Abi-Ackel (PPS), Paulo Abi-Ackel, com R\$ 50 mil; e o funcionário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais Wilfredo Oliveira, vinculado a R\$ 20 mil.

### **Deputados dizem que valor foi para campanha de 98**

#### DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

Os políticos ouvidos pela reportagem que aparecem como beneficiários da lista do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza afirmaram que os recursos foram destinados à campanha da reeleição do então governador Eduardo Azeredo (PSDB), que disputava o segundo turno, em 1998.

O deputado federal Custódio Mattos (PSDB) disse que recebeu R\$ 25 mil após entendimentos com a coordenação da campanha, e que o dinheiro cobriu "pequenos gastos da campanha" em cerca de 15 municípios nos quais o deputado obtivera votação expressiva.

O deputado estadual Ermano Batista (PSDB) também disse que o dinheiro -R\$ 25 mil- foi um pagamento do comitê.

"De onde os recursos fluíram, se da conta oficial ou do caixa dois, cabe ao comitê explicar", justificou o tucano.

O deputado estadual Alencar da Silveira Júnior (PDT) disse que a transferência de R\$ 10 mil foi um pagamento pelo uso de trios elétricos de sua propriedade na campanha de Azeredo.

O deputado estadual Carlos Pimenta (PDT) afirmou ter recebido R\$ 12 mil do comitê de Azeredo para "sustentação da campanha" do então governador, em "pagamentos de pequenas despesas" feitas em cidades de sua base eleitoral.

A secretária Elbe Brandão (PSDB) disse ao jornal "O Globo" que seu assessor coordenava um setor da campanha de Azeredo.

A secretária afirma ainda que os recursos foram usados para cobrir gastos de logística da campanha do tucano.

Os demais citados pela reportagem não foram localizados ontem pela Folha.

### **SMPB fez doação de R\$ 50 mil para reeleição de FHC**

#### DA REDAÇÃO

A SMPB, agência de Marcos Valério, suposto operador do "mensalão", fez doação de R\$ 50 mil não declarados à campanha para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998.

A revelação foi feita em 12 de novembro de 2000 pela Folha, em reportagem que mostrou que o comitê eleitoral de FHC declarou R\$ 43 milhões ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mas recebeu R\$ 53,120 milhões.

Os números foram obtidos de planilha eletrônica do comitê eleitoral tucano. Nela, constavam 34 registros de doações que não foram contabilizadas ao TSE, entre eles a doação da SMPB.

Luiz Carlos Bresser Pereira, presidente do comitê financeiro da campanha de FHC, negou na época ser o autor da planilha, mas afirmou responsabilidade sobre qualquer omissão ao TSE.

**Kalid confirma relação com dois nomes ligados a sócia de Duda Mendonça em lista de Valério**

|                     |
|---------------------|
| RGS Nº 03/2005 - CN |
| CPMI - CORREIOS     |
| Fis: 04             |
| Doc: 3562           |

## **Doleiro diz ter trabalhado com sacadores apontados em lista**

**SÍLVIA FREIRE**

**JOSÉ MASCHIO**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

O doleiro Jader Kalid Antônio, 45, confirmou ontem à Folha que trabalhou com duas pessoas apontadas como sacadoras do dinheiro destinado ao publicitário Duda Mendonça e sua sócia, Zilmar Fernandes da Silveira.

Kalid afirmou que o churrasqueiro Francisco de Assis Novaes Santos foi seu tesoureiro na Unicash Factoring até maio de 2002, quando a empresa foi fechada. Ele confirmou também que o policial Luís Carlos Costa Lara fez transporte de valores para sua empresa no período que ela estava em funcionamento. Apesar das relações, ele negou, porém, ter intermediado o envio de dinheiro para Duda Mendonça.

"Jogaram uma bomba no meu colo. O objetivo é desviar a atenção do esquema do empresário Marcos Valério. Meu nome desvia a atenção e blinda quem está por trás desse esquema", afirmou o doleiro.

Disse que sua nova empresa, Panorama Consultoria Financeira, não fazia operações em grande escala e "jamais tive contato com o publicitário Duda Mendonça ou sua sócia". "Tenho fortes suspeitas sobre quem me colocou nessa história, mas não sou leviano em declinar nomes antes de ter provas", disse Kalid.

### **Desvio de atenção**

O doleiro afirmou acreditar que seu nome e o de Duda, assim como o da sócia do publicitário, estejam sendo usados "para desviar atenção". "O Marcos Valério deve ter algo pessoal, uma rixa com o Duda. Só não entendo como meu nome foi aparecer nessa história", completou Kalid.

Na lista de nomes apresentada por Marcos Valério à CPI dos Correios, Duda Mendonça e sua sócia aparecem como beneficiários de R\$ 15,5 milhões. O nome dos policiais David Rodrigues Alves, que retirou R\$ 4,9 milhões, e Luís Carlos Costa Lara, com R\$ 600 mil, aparecem como responsáveis por retiradas para o publicitário. O churrasqueiro Francisco de Assis Novaes dos Santos, que sacou R\$ 1,250 milhão, aparece na lista do Banco Rural, divulgada pela CPI depois da quebra do sigilo bancário.

Dos três, o único que o doleiro Jader Kalid Antonio nega conhecer é David Rodrigues Alves. "Nunca vi ou falei com esse senhor. Ele mesmo disse que foi apresentado ao Cristiano Paz, da SMPB, pelo [doleiro] Haroldo Bicalho. Isso está em todas as entrevistas. E agora meu nome aparece. Estão desviando atenção."

Kalid, que durante a uma hora e meia em que falou com a Folha foi sempre orientado pelo advogado Ronaldo Garcia Dias, disse que conhecia Marcos Valério, mas que nunca operou para ele.

"Olha, para ser bem claro, eu gostaria de ter feito essa e outras intermediações. Hoje eu estaria blindado e meu nome não iria aparecer nos jornais. Pois é evidente, volto a afirmar, que existe um esquema para blindar quem operou para o Marcos Valério", afirmou o doleiro.

Kalid disse que irá investigar, por conta própria, quais foram os responsáveis por seu nome aparecer como intermediário no esquema de transferência de valores entre as empresas de Marcos Valério e o publicitário.

Ele negou que o fechamento temporário da Panorama Consultoria Financeira, que aconteceu logo após os depoimentos de David Rodrigues Alves, tenha alguma relação com esses depoimentos. "Não houve qualquer relação. Todo ano fecho nessa época do ano. Mas agora, com meu nome na berlinda, ela [a empresa] vai ficar fechada por um bom tempo", afirmou Kalid.

### **Polícia Federal indícia sócio da Guaranhuns**

DO ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

A Polícia Federal indiciou ontem o sócio da Guaranhuns José Carlos Batista por lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e crime contra o sistema financeiro. Foi o terceiro caso de indiciamento durante as investigações sobre os saques de dinheiro das contas do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza.

O indiciamento foi feito depois de Batista se recusar a responder as perguntas durante

|                     |
|---------------------|
| RGS Nº 09/2005 - CN |
| CPMI - CORREIOS     |
| Fls: 05             |
| Doc: 3562           |

interrogatório na sede da PF em Brasília. Ele estava resguardado por um salvo-conduto judicial que lhe deu "o direito de permanecer em silêncio durante sua oitiva".

Ao deixar a sede da PF em Brasília, Batista disse que não respondeu a nenhuma questão que lhe foi apresentada pelos policiais durante o depoimento e também se recusou a conceder entrevista. "Não tenho nada a dizer pra vocês, estou me reservando o direito de permanecer calado".

"Ele está considerando isso um caso político e vai prestar os esclarecimentos em juízo", disse o seu advogado, Ricardo Sayeg.

A empresa Guaranhuns, cujo endereço oficial é um terreno baldio, teria sido destinatária de mais de R\$ 6 milhões saídos das contas do empresário mineiro. Segundo a PF, há evidências de que a empresa enviou dinheiro ilegalmente às Ilhas Cayman. Valério diz que a empresa foi um dos canais utilizados para repassar ao ex-deputado e presidente do PL, Valdemar Costa Neto, dinheiro oriundo de suas contas.

A PF ouviu ontem pela segunda vez Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL. Ele não mudou o teor de seu primeiro depoimento à PF, quando disse que os saques em espécie que fez na agência do Banco Rural em Brasília foram entregues a Valdemar.

Lamas negou a versão de Valério segunda a qual o PL recebeu dinheiro por meio da Guaranhuns. Por causa dessa contradição, a PF quer realizar uma acareação entre Lamas e o empresário mineiro.

Segundo a diretora financeira da SMPB, uma das agências de Valério, Simone Vasconcelos, Jacinto e seu irmão Antonio receberam R\$ 2,4 milhões entre setembro de 2003 e fevereiro de 2004.

Na semana passada, a PF já havia indiciado Rodrigo Barroso Fernandes, ex-tesoureiro da campanha de Fernando Pimentel (PT), prefeito de Belo Horizonte, e José Luiz Alves, assessor do ex-ministro e prefeito de Uberaba, Anderson Aduato (PL). Os dois aparecem em duas listas de sacadores na conta da SMPB, empresa de Valério utilizada como canal de distribuição de recursos.

### **Remessas suspeitas**

A PF anunciou que enviaria ontem à CPI dos Correios informações sobre várias remessas de dinheiro enviadas às Ilhas Cayman por um banco estatal brasileiro via off-shore no Uruguai. No total, foram enviados mais de US\$ 1 bilhão entre 1998 e este ano, segundo dados da investigação sobre o Banco Banestado.

Segundo a PF, existe apenas "uma relação temporal até agora" entre essas movimentações e as investigações no Congresso. A polícia se recusou a informar o nome dos bancos e da off-shore, sob a alegação de que a apuração ainda é "embrionária". Caberá à CPI decidir se é necessário abrir uma nova linha de investigação.

### **DNA recebe R\$ 390 mi do BB em cinco anos**

#### **JANAÍNA LEITE**

ENVIADA ESPECIAL A BELO HORIZONTE

#### **NEY HAYASHI DA CRUZ**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Banco do Brasil (BB) repassou R\$ 390 milhões à agência de publicidade DNA entre 2000 e 2005. A maior parte do dinheiro foi liberada do início de 2003 até este ano. Nesse intervalo de tempo, o valor chegou a R\$ 241 milhões (62% do total).

Os números foram informados pelo próprio BB à CPI dos Correios e incluem todos os gastos com ações de marketing promovidos pela DNA (veiculação de campanhas, promoções, organização de eventos etc.).

O banco está fazendo uma auditoria interna para apurar se os valores correspondem aos preços praticados no mercado e se o dinheiro despendido foi devidamente empregado.

De acordo com sócios da DNA, a comissão da empresa corresponde a algo entre 12% e 15% do total repassado.

A DNA é uma das empresas nas quais o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza é sócio. Marcos Valério é suspeito de operar um gigantesco esquema de caixa dois para irrigar as campanhas eleitorais de vários partidos, inclusive o PT.

Segundo denúncia do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), Valério seria também operador do "mensalão" - pagamento da mesada a parlamentares da base aliada.

A Polícia Federal, o Ministério Público e a Comissão Parlamentar de Inquérito também

|                   |
|-------------------|
| RGSN 03/2005 - CN |
| CPMI - CORREIOS   |
| 06                |
| Doc: 3562         |

investigam o uso das empresas de Valério no repasse de verbas não-declaradas a deputados e partidos em troca de apoio ao governo.

Até a revelação dos números do BB, acreditava-se que os maiores créditos à DNA tinham vindo das empresas Telemig e da Amazônia Celular. As duas empresas pertencem a fundos de pensão, Citigroup e ao Opportunity, sendo o último responsável pela gestão das companhias.

Os sócios da DNA Francisco Castilho e Margareth Freitas explicaram que todos os créditos feitos por clientes da empresa referem-se exclusivamente a atividades publicitárias.

### **Oscilações bruscas**

Conforme a Folha apurou, os repasses totais do BB à DNA foram crescendo ano a ano. Somaram R\$ 41 milhões em 2000. Outros R\$ 43 milhões foram contabilizados em 2001, ante R\$ 65 milhões em 2002 e R\$ 76 milhões no ano de 2003.

No ano passado, o total bateu em R\$ 111 milhões (um salto de 170,73% em quatro anos). Em 2005, o valor escriturado corresponde a R\$ 53 milhões.

Chamou a atenção da equipe que faz um pente-fino nos dispêndios do BB com a DNA o crescimento expressivo de alguns itens entre 2003 e 2004.

Exemplo é a rubrica "produção/aquisição", que passou de R\$ 2,7 mil para R\$ 5 milhões entre um ano e outro. O valor repassado para a veiculação de outdoors também aumentou no período, de R\$ 343 mil para R\$ 943 mil.

Em contrapartida, há números que diminuíram bastante entre 2003 e 2004, como o item "reprodução/fotolito".

Essa rubrica caiu de R\$ 194 mil para R\$ 5.300 nesse intervalo de tempo. O mesmo aconteceu com prestação de serviços, o montante baixou de R\$ 3,4 milhões para R\$ 1,9 milhão.

### **Bittar promete provar gastos de campanha**

#### **DA SUCURSAL DO RIO**

Após sua assessoria alegar que contratos de sua campanha eleitoral tinham sido destruídos, o deputado Jorge Bittar (PT-RJ) afirmou que comprovará hoje os seus gastos na disputa pela Prefeitura do Rio no ano passado.

Bittar usou um caixa dois na campanha, segundo o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). De acordo com o petebista, houve irregularidades no contrato com a produtora Casablanca. Embora o contrato tivesse sido de R\$ 3,8 milhões, foi informado ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) o pagamento de apenas R\$ 800 mil. Os R\$ 3 milhões restantes, disse Jefferson, foram pagos por fora.

A informação de que os documentos tinham sido jogados fora foi dada pelo advogado de Bittar, Luiz Paulo Viveiros de Castro. Às 21h, sua assessoria ligou para a Folha. "Temos toda a documentação. Colocarei à disposição amanhã [hoje]", disse Bittar.

Segundo ele, o contrato com a Casablanca não foi cumprido na íntegra porque a campanha enfrentou uma crise financeira. **(SERGIO TORRES)**

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 07   |
| Doc:                | 3562 |

## Política

Qui, 04 Ago - 19h45

### Aécio recebeu doações do Banco Rural e da SMPB

Agência Estado

O governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), recebeu doações para a campanha que o levou ao governo do Estado em 2002 do Banco Rural e da SMP&B. É o que demonstra a declaração de doações apresentada e assinada por ele ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Minas Gerais.

Dos R\$ 1,025 milhão recebidos pelo então candidato, o Banco Rural doou R\$ 100 mil em cheque de sua agência em Belo Horizonte, enquanto a SMP&B Comunicação Ltda, do empresário Marcos Valério de Souza, investiu R\$ 4 mil.

A assessoria de imprensa do Palácio da Liberdade confirmou as doações, mas considerou que o Banco Rural havia contribuído com vários outros candidatos. Com relação à doação da SMP&B, a assessoria de imprensa informou que foi relativo à venda de 4 ingressos para um jantar de arrecadação de fundos para a campanha, promovido pelo comitê jovem da Coligação Jovem da coligação Minas Unida no Terraço Souto Maior.

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 08   |
| Doc:                | 3562 |

## Manchetes

Qui, 04 Ago - 19h50

### PF faz busca e apreensão nas empresas de Marcos Valério em BH

BRASÍLIA (Reuters) - A Polícia Federal cumpriu nesta quinta-feira quatro mandados de busca e apreensão em Belo Horizonte na sede das empresas de Marcos Valério de Souza e nas casas de duas de suas funcionárias.

A ação foi determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da CPI dos Correios, informou o deputado federal Calos Sampaio (PSDB-SP). Valério é acusado de ser um dos operadores do pagamento de propinas a parlamentares, o "mensalão".

Os policiais apreenderam documentos, agendas e computadores na sede da SMPB Comunicação e da DNA Propaganda. Também foram alvo dos mandatos as casas da diretora financeira da SMPB, Simone Vasconcelos, e da gerente financeira da agência, Geiza Dias.

Todo o material será remetido nesta sexta-feira para o Congresso Nacional onde será analisado pelos integrantes da CPI do Correios.

(Por Áureo Germano)

|                     |
|---------------------|
| RQS Nº 03/2005 - GN |
| CPMI - CORREIOS     |
| Fls: 09             |
| Doc: 3562           |

## Manchetes

Qui, 04 Ago - 21h43

### Jefferson ataca Dirceu e faz mais denúncias contra governo e PT

Por Natuza Nery e Patrícia Duarte

BRASÍLIA (Reuters) - Firme no objetivo de atacar frontalmente o ex-ministro José Dirceu (PT-SP), o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) levantou em seu depoimento à CPI do Mensalão novas suspeitas sobre o governo e o PT, mas voltou a poupar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Lula, disse, retribuiria o "cheque em branco" em demonstração de confiança que uma vez o presidente disse estar disposto a passar para ele.

A estratégia do parlamentar é fazer o jogo do eterno denunciante. A cada nova aparição, ele tenta emplacar uma novidade que dificulte a situação de petistas. Desta vez repetiu, com mais detalhes, a acusação de que Dirceu seria idealizador de uma suposta negociação fracassada com a Portugal Telecom para repasse de dinheiro ao PT e ao PTB.

Jefferson havia feito essa revelação no Conselho de Ética na terça-feira. Segundo ele, em 24 de janeiro deste ano, Rogério Tolentino, sócio do empresário Marcos Valério de Souza, Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB, e o próprio Valério foram a Portugal, mas "voltaram de mãos abanando".

A acusação foi negada pela empresa, por Dirceu e por Valério, que é acusado de ser operador do suposto mensalão. O empresário admitiu ter se reunido com a Portugal Telecom, mas para tratar de assuntos de interesse de suas empresas.

Ao contrário do que havia sugerido no conselho, Jefferson eximiu Lula de conhecer as supostas negociações.

"Se minha declaração em algum momento fez suspeitar do presidente Lula, quero dizer que não fui claro", afirmou.

Diante dos questionamentos da oposição sobre Lula, Jefferson chegou a pedir que alguém do governo fosse à sessão para fazer essa defesa. "Não sou seu porta-voz."

## FRANCO-ATIRADOR

Outra denúncia do petebista, trazida a público sem detalhes, dá conta de que ele e Valério trataram do antigo processo de compra da Varig pela TAP, viação aérea estatal portuguesa.

Segundo uma fonte próxima à Varig, Valério viajou em março para se encontrar com a TAP como intermediário de uma negociação que acabou esbarrando na

|                     |      |
|---------------------|------|
| RGS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPM - CORREIOS      |      |
| Fls:                | 10   |
| Doc:                | 3562 |

recusa dos controladores da empresa, por ser considerada prejudicial para a Varig.

"Era uma proposta maluca e fui totalmente contra", disse um ex-dirigente que prefere não se identificar sem dar detalhes.

Jefferson também falou de uma suposta operação de aplicações financeiras no Banco do Espírito Santo (BES), de Portugal, pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) em troca de benefícios financeiros.

Outra operação envolveria o BES, dessa vez com a Eletronorte, "num esquema bilionário", que, segundo o deputado, renderia uma comissão de 40 a 60 milhões de reais, a serem repassados para PT e PTB. Neste caso, acrescentou o deputado, o processo era para "reestatizar" as linhas de transmissão da empresa.

"Era uma operação casada", definiu Jefferson. "Pelo que vi, ele (Valério) não só operava contas de publicidade... O careca era embaixador do Brasil para assuntos de telefonia, obras e viação aérea."

À noite, a diretoria da Eletronorte divulgou uma nota afirmando que "não tem conhecimento sobre qualquer estudo de reestatização de linhas de transmissão, conforme divulgado no dia de hoje". A diretoria informa ainda "que não possui nenhum relacionamento com o Banco Espírito Santo".

## FUNDOS

Quanto ao governo, o parlamentar foi enfático: "Dirceu era o chefe da quadrilha, mas não fazia tudo sozinho", referindo a Luiz Gushiken, ex-ministro e atual assessor especial de Lula. Para ele, Gushiken participaria do esquema por meio dos fundos de pensão.

O ex-ministro, por meio de nota, classificou as declarações de Jefferson como levianas e caluniosas.

"São falsas as insinuações e ilações a respeito do meu papel junto aos fundos de pensão, que obedecem a marcos regulatórios específicos e estão submetidos a amplo leque de instituições de fiscalização e controle", afirmou Gushiken. Ainda envolvendo fundos de pensão, Jefferson indicou que eles também fariam parte do suposto esquema do "mensalão", atrelando-os aos bancos Rural e Santos, este em processo de liquidação. O deputado chegou a afirmar que o Rural somente sobrevive com as aplicações das fundações e que pode seguir o mesmo caminho do Banco Santos.

Questionado por um parlamentar onde estaria o dinheiro dos fundos de pensão, Jefferson sugeriu que se verificasse a lista das instituições que perderam dinheiro.

|                     |      |
|---------------------|------|
| RGS Nº 05/2005 - GN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fis:                | 11   |
| Doc:                | 3562 |

com a quebra do Banco Santos.

"O Banco Santos é o começo (para as investigações). Se não correr rápido com os fundos do Rural, vão micar lá também porque o Rural só está se mantendo vivo graças aos fundos de pensão", afirmou Jefferson.

O Banco Rural, por meio de assessoria de imprensa, declarou que os investidores institucionais correspondem a cerca de 13 por cento do volume total de recursos captados e que opera com "ativos líquidos de excelente qualidade".

O deputado disse que o Banco Santos pode ter sido usado no "mensalão", já que agências que seriam ligadas a Valério faziam movimentações nas agências da instituição.

## CONTRADIÇÕES

Parlamentares que presenciaram alguns momentos da sessão afirmaram que, embora seja um orador talentoso, Jefferson começou a entrar em contradições. Uma delas é quanto à versão de que teria recebido 4 milhões não declarados do PT para um acordo eleitoral.

O montante, dividido em uma parcela de 2,2 milhões de reais e outra de 1,8 milhão de reais, teria sido entregue por Valério em malas de dinheiro, envolto em tarjetas do Banco Rural e do Banco do Brasil.

Mas uma lista de sacadores fornecida pelo próprio empresário à Procuradoria Geral da República mostra que Emerson Palmieri sacou, por meio de dois emissários, 2,468 milhões de reais em sete diferentes retiradas da agência do Banco Rural. Esse valor ultrapassa o declarado por Jefferson.

A explicação dada por ele é de que Alexandre Chaves, um dos sacadores, retirou essa quantia por sua determinação para resolver problema pessoal do funcionário. Essa informação ainda não havia sido esclarecida por ninguém do PTB.

"Não bate com a contabilidade de Valério. Ele não explica isso. Uma hora fala que os 4 milhões vieram em malas e depois indica que vieram das contas", disse o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), vice-presidente da CPI, após Jefferson ter dito que conheceu a localização da agência do Rural em Brasília ao ir a uma clínica dentária que fica no mesmo andar do prédio.

## MOMENTO DE FÚRIA

A temperatura subiu quando o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) mostrou uma matéria publicada num jornal do Mato Grosso do Sul com declarações de uma mulher que teria visto Jefferson em companhia de Maurício Marinho **aparentando**

|                     |      |
|---------------------|------|
| CPI Nº 09/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 12   |
| Doc:                | 3562 |

serem "bastante amigos." Marinho é o ex-chefe de departamento dos Correios que aparece em um vídeo recebendo propina e envolvendo Jefferson num suposto esquema de corrupção na estatal.

O deputado refutou a afirmação e, irado, rasgou a cópia da reportagem que lhe foi entregue pelo senador. A atitude rendeu-lhe forte repreensão do vice-presidente da CPI, deputado Paulo Pimenta (PT-RS) e acabou recusando-se a responder novas perguntas de Suplicy. Por conta disso, a sessão chegou a ser suspensa.

Na volta, mais calmo, Jefferson voltou a falar com Suplicy e até mesmo pediu a sua assessoria para que conseguisse nova cópia da matéria, para ser entregue à CPI.

A CPI do Mensalão deve ouvir Valério na próxima terça-feira e seu sócio Cristiano Paz na quarta.

(Reportagem adicional de Marcelo Mota e Denise Luna)

|                     |      |
|---------------------|------|
| RGS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 13   |
| Doc:                | 3562 |

**José Eduardo Marzagão**

---

**De:** luiz diogo pereira [idepul@yahoo.com.br]  
**Enviado em:** quarta-feira, 20 de julho de 2005 22:08  
**Para:** denuncia cpmidoscorreios.org.br  
**Assunto:** operador de M Valerio em BH urgente

em belo horizonte o sr. marcos valerio opera com o sr. irlei soares das neves que pode ser encontrado em uma loja do hotel othon palace a rua tupis 25, este tem como sogro ex-policia civil que articulou atraves de colegas a aproximação por já conhecer valerio como "lavador de dinheiro". o sr. irlei soares das neves já operou milhões p/ valerio na compra de cautelas da eletrobras bem como dolares tendo como apoio contatos em são paulo. ligação do sr. irlei com o sr. valerio pode ser comprovada com quebra de sigilo telefonico e bancario apesar de trabalharem com dinheiro em especie o sr. irlei tambem viaja muito pelo interior do estado e tem contatos com pessoas ligadas a partidos politicos os mais diversos .  
vão se surpreender com o que existe!!!  
felicidades viva o BRASIL

---

Yahoo! Acesso Grátis: Internet rápida e grátis. [Instale o discador agora!](#)

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 14   |
| Doc:                | 3562 |

20/07/2005



ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

CENTRAL DO ASSINANTE

E-MAIL

SHOPPING UOL

FOLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL



São Paulo, quinta-feira, 28 de julho de 2005

FOLHA **brasil**
[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/ HORA DAS PROVAS

**Presidente do partido em Minas reconhece que "houve aporte de recursos numa ação paralela de fortalecimento da campanha"**

### PSDB admite esquema "paralelo" em 1998

**ELVIRA LOBATO**

ENVIADA ESPECIAL A BELO HORIZONTE

O presidente regional do PSDB de Minas Gerais, Narcio Rodrigues, admitiu, em entrevista à **Folha**, que houve um esquema paralelo de financiamento no segundo turno da campanha eleitoral para governo do Estado, em 1998, quando o então governador, Eduardo Azeredo, disputou a reeleição e foi derrotado pelo ex-presidente Itamar Franco. "Faço conjectura de que houve uma ação de campanha no segundo turno. Houve aporte de recursos numa ação paralela de fortalecimento da campanha, para reversão do quadro, mas que não era uma coisa institucionalizada nem dentro do PSDB, nem na campanha majoritária do governo à reeleição", afirmou.

O vice na chapa de Azeredo, na ocasião, foi o empresário Clésio Andrade, que até um mês antes da oficialização da candidatura era sócio do publicitário Marcos Valério nas empresas de publicidade SMPB e DNA. Andrade é o atual vice-governador de Minas.

Segundo Narcio Rodrigues, o senador Eduardo Azeredo está encarregado de esclarecer de onde vieram os recursos e quem foi responsável pela "ação paralela". A posição atual do partido é de que o esquema não foi arquitetado nem comandado pelo PSDB, o qual não estaria diretamente envolvido na captação do dinheiro. "É completamente diferente do que aconteceu no PT. Não há nenhuma marca, nenhuma digital do PSDB", afirmou.

"De onde veio o dinheiro, é uma pergunta que ainda está sendo averiguada. O senador Azeredo está procurando se inteirar do quadro com quem coordenou a campanha na ocasião... Estamos explicitando nossa confiança na conduta

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 15   |
| Doc:                | 3562 |

de Eduardo Azeredo, cuja biografia fala por si só. Ele é uma referência ética para o partido. Confiamos plenamente nele e sabemos que terá uma resposta convincente de como as coisas se conduziram. Uma resposta que isenta o PSDB e ele mesmo de qualquer responsabilidade."

Azeredo reafirmou ontem que foi surpreendido pelas informações publicadas pela imprensa sobre os pagamentos efetuados pela SMPB na campanha de 98. Indagado sobre quem coordenou as finanças da campanha, Narcio Rodrigues disse que não sabia informar porque disputava a eleição para deputado federal, mas que Walfrido Mares Guia (ministro do Turismo, do PTB) e Clésio Andrade (PL) participaram da discussão da estratégia.

Até agora, Clésio Andrade tem insistido que não fez parte da coordenação financeira da campanha e que sua atuação foi confinada ao interior do Estado. Ele aponta o ministro Mares Guia como responsável pela coordenação da campanha. A declaração de Clésio já foi contestada pelo ministro que, anteontem, responsabilizou o atual vice-governador pela distribuição de recursos da agência SMPB para a coligação do PSDB. Segundo o ministro, só uma parte dos recursos foi para a campanha de Eduardo Azeredo.

#### Nota

O PSDB de Minas Gerais distribuiu nota ontem em que diz que está sendo alvejado com acusações e que está convencido de que há uma articulação nacional para envolver o partido na crise deflagrada pela descoberta do repasse de verbas pelo PT a partidos da base aliada. A nota diz que criou-se um clima de denunciismo que visa confundir a opinião pública e desviar o foco das acusações investigadas pelo Congresso.

"À parte a necessidade da discussão de uma nova forma de financiamento eleitoral (...) é importante dizer que o conteúdo desta crise não está centrado, como querem induzir alguns setores da opinião pública, em processos eleitorais. Há, por trás de todo este quadro, uma acusação consistente de atos de corrupção cometidos pelo governo Lula, através do seu partido, o PT, ao implementar sua relação política com a base aliada", prossegue a nota.

Rodrigues disse que seu partido está disposto a discutir "eventuais erros" cometidos em campanhas, mas sem desviar o foco da investigação. Na avaliação dele, há um plano para envolver o PSDB nas denúncias. O depoimento da mulher de Marcos Valério faria parte desse plano. "A convocação [de Renilda] teve dois objetivos: envolver definitivamente José Dirceu e espalhar que o PSDB teria participado de atos ilícitos".

Texto Anterior: Mala suspeita: Procurador quer quebra de sigilo de envolvidos com dinheiro na cueca

Próximo Texto: Para Serra, Lula é bom adversário

Índice

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fis: _____          | 46   |
| Doc: _____          | 3562 |

---

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Agência Folha.

|                                |
|--------------------------------|
| <del>RQS Nº 03/2005 - CN</del> |
| CPMI - CORREIOS                |
| Fls: <u>17</u>                 |
| Doc: <u>3562</u>               |



ASSINE

BATE-PAPO

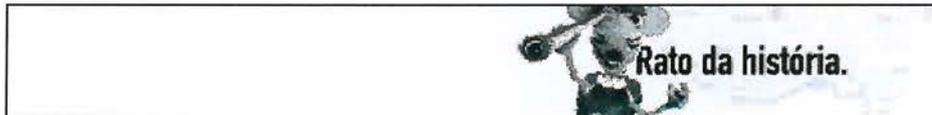
BUSCA

CENTRAL DO ASSINANTE

E-MAIL

SHOPPING UOL

FOLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL



São Paulo, quinta-feira, 28 de julho de 2005

FOLHAbrasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## SMPB recebeu R\$ 54 mi em 98, indicam papéis

**PAULO PEIXOTO**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

**CHICO DE GOIS**

ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

Documentos em poder da CPI dos Correios indicam que pelas contas da SMPB Comunicação e DNA Propaganda podem ter passado, durante a campanha eleitoral de 1998, R\$ 53,8 milhões. Essa suspeita está baseada em dois documentos assinados pelo contador Marco Aurélio Prata, endereçados a Marcos Valério Fernandes de Souza, datados de 27 de outubro de 1998, quando se encerravam as eleições. Neles, o contador, que também está sob investigação da Polícia Federal, informa a Valério que, sobre a receita da SMPB, de R\$ 35,2 milhões, e sobre a da DNA, de R\$ 18,6 milhões, devem ser calculado os impostos, que somariam 38,65%. Os dois documentos foram escritos em papel timbrado da Prata e Castro Auditores e Consultores Associados.

Na semana passada, quando ocorreu a quebra do sigilo das contas das agências em que Valério é sócio, veio à tona um saque no Banco Rural de R\$ 102.812,76, feito por um assessor do deputado federal Roberto Brant (PFL), candidato a prefeito de Belo Horizonte em 2004. O pefelista disse que esse valor se referia a uma doação de campanha da siderúrgica Usiminas, feita por meio da conta da SMPB no Banco Rural.

Brant disse que o valor original da doação teria sido de R\$ 150 mil, mas que o valor sacado foi de R\$ 102 mil porque a agência descontou impostos que teria de pagar.

Uma das hipóteses é que, para cada contribuição feita por caixa dois, a agência emita uma nota como se tivesse prestado serviço para o doador da campanha eleitoral de um político. No caso de Brant, o desconto feito pela agência foi de 31,45%.

Pelos documentos enviados pelo contador a Valério, não é possível saber qual a origem do dinheiro. Apenas alguns depósitos para a SMPB estão identificados. A construtora

|                     |
|---------------------|
| RGS Nº 09/2005 - CN |
| GPMI - CORREIOS     |
| Fls: 17             |
| Doc: 3562           |

Queiroz Galvão, por exemplo, aparece com dois depósitos (R\$ 700 mil e R\$ 360 mil), mas a empresa justificou afirmando ter contratado serviços da SMPB. O mesmo informou o Idaq (Instituto de Desenvolvimento, Assistência Técnica e Qualidade em Transporte), vinculado à Confederação Nacional dos Transportes.

A SMPB admitiu que fez doações de campanha em 1998, mas nega que tenha recebido recursos de empresas para repassar a políticos.

### **Aécio**

O governo de Minas Gerais anunciou ontem que pediu esclarecimentos aos quatro integrantes do Executivo estadual que aparecem como beneficiários de recursos da conta da SMPB.

Documentos mostram repasses, feitos em 28 de outubro de 1998, a quatro pessoas que hoje integram o governo Aécio Neves (PSDB): o presidente da Fundação João Pinheiro, Amílcar Martins (PSDB), o secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Bilac Pinto (PFL), a secretária extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do norte de Minas, Elbe Brandão (PSDB), e o subsecretário de Direitos Humanos, João Batista de Oliveira (PDT). Todos se elegeram deputados estaduais em 1998.

Os depósitos feitos pela SMPB somam R\$ 48 mil -R\$ 6.000 para Martins, R\$ 20 mil para Bilac Pinto, R\$ 15 mil para Brandão e R\$ 7.000 para Oliveira. No caso de Brandão, o depósito foi feito na conta de seu assessor Maurício Antônio Figueiredo.

Ao jornal "O Globo", que divulgou as informações sobre os depósitos ontem, a secretária Elbe Brandão disse que o dinheiro foi repassado pelo comitê da campanha à reeleição do então governador Eduardo Azeredo (PSDB), hoje senador.

Batista também disse a "O Globo" que o dinheiro foi usado para custear gastos da campanha de Azeredo, da qual ele era um dos coordenadores. Bilac Pinto e Martins não foram localizados ontem.

Texto Anterior: Para Serra, Lula é bom adversário

Próximo Texto: Outro lado: Agência diz não conhecer papel em poder da CPI

Índice

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Agência Folha.

|                 |      |
|-----------------|------|
| 03/2005 - CN    |      |
| CPMI - CORREIOS |      |
| Fls:            | 19   |
| Doc:            | 3502 |

# Ninguém compra voto no Brasil.

FOLHA

São Paulo, quinta-feira, 28 de julho de 2005

FOLHA **brasil**
[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/ HORA DAS PROVAS

**Idaq, ligado à CNT, presidida por Clésio Andrade sacou a quantia entre janeiro e maio de 2004 no Banco Rural, em Brasília**

### Órgão ligado a vice de Aécio recebe R\$ 7,9 mi

**FREDERICO VASCONCELOS**  
DA REPORTAGEM LOCAL

Entre janeiro e maio de 2004, a agência do Banco Rural em Brasília fez pagamentos em espécie no total de R\$ 7,9 milhões ao Idaq (Instituto de Desenvolvimento, Assistência Técnica e Qualidade em Transporte). O Idaq é vinculado à CNT (Confederação Nacional dos Transportes), presidida por Clésio Andrade (PL), vice-governador de Minas Gerais. Essas operações estão sendo investigadas pela Justiça Federal, por suspeita de lavagem de dinheiro, uma espécie de "mini-mensalão" para sustentar campanhas de prefeitos e vereadores.

Como os saques fugiam ao padrão, o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) informou as transações ao Ministério Público Federal.

O processo tramita no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. No último dia 7, o desembargador-relator, Cândido Ribeiro, determinou à Polícia Federal a instauração de inquérito.

O processo envolve ainda o Instituto J. Andrade, instituição de ensino superior de Juatuba (MG), cujo diretor, Ronaldo Antônio Costa, segundo o Coaf, é representante do PTB no município.

Ao depor à Polícia Federal no último dia 6, o ex-tesoureiro da agência do Banco Rural em Brasília José Francisco de Almeida Rego citou a CNT e o Idaq como as empresas que mais sacavam da agência, depois da SMPB Comunicação, da qual Marcos Valério Fernandes de Souza é um dos sócios. Rego não vinculou as retiradas do Idaq/CNT com as transações de Valério no banco.

Clésio Andrade foi sócio de Valério na SMPB e na DNA.

|                     |      |
|---------------------|------|
| RGS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fis:                | 20   |
| Doc:                | 3562 |

No último dia 22, o vice-governador enviou ao senador Delcídio Amaral, presidente da CPI, relatório e documentos para comprovar que encerrou a sociedade com Valério em 28 de julho de 1998, quando transferiu suas quotas - antes dos fatos que estão sendo investigados pela comissão de inquérito.

Em seu depoimento à PF, o ex-tesoureiro do Banco Rural disse que os saques do Itaq não eram feitos por Andrade, mas por uma diretora financeira da entidade.

Rego disse que as retiradas eram feitas "normalmente, mediante a apresentação de cheques", "em valores não superiores a R\$ 100 mil". A entidade é cliente do banco e os saques não se comparavam ao retirado pela SMPB.

Citando publicação da OAB-MG, o Coaf menciona "operações não usuais" entre a SMPB, Clésio Andrade e o ex-governador Eduardo Azeredo (PSDB).

Trata-se da ação em que Andrade, Azeredo, o atual subsecretário de Comunicações de MG, Eduardo Pereira Guedes Neto, e outros são acusados de improbidade administrativa por promoverem, em 1998, a transferência de R\$ 3 milhões da Comig (Companhia Mineradora de MG) e da Copasa (Companhia de Saneamento de MG) para a SMPB, a fim de patrocinar um evento sem licitação.

Sob a alegação de "incrementar o turismo", Guedes enviou ofício à Comig, no dia em que a empresa realizava assembléia, propondo o patrocínio de R\$ 1,5 milhão para o Enduro da Independência. Naquele mesmo dia, a SMPB recebeu R\$ 1,5 milhão da Copasa.

A SMPB participava da campanha eleitoral de Azeredo e de Andrade, candidatos a governador e vice. Até 20 dias antes dessa operação, Andrade controlava a Holding Brasil S/A, que detinha a maior parte do capital da SMPB. O MPF suspeita que tenha havido simulação na transferência das cotas da holding, que teve quebrados os sigilos fiscal e bancário pela Justiça Federal neste mês. O MPF pede o rastreamento do dinheiro transferido e o bloqueio cautelar de bens, em até R\$ 12 milhões.

Texto Anterior: Tarso rejeita idéia de FHC e defende investigação ampla

Próximo Texto: Outro lado: Advogado diz não ver relação entre relatório e processos

Índice

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Agência Folha.

|                     |
|---------------------|
| RGS Nº 03/2005 - CN |
| CPMI - CORREIOS     |
| Fls: 21             |
| Doc: 3562           |



ASSINE

BATE-PAPO

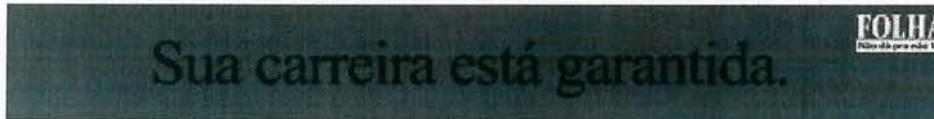
BUSCA

CENTRAL DO ASSINANTE

E-MAIL

SHOPPING UOL

FOLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL



São Paulo, quinta-feira, 28 de julho de 2005

**FOLHA**brasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

**OUTRO LADO**

**Advogado diz não ver relação entre relatório e processos**

DA REPORTAGEM LOCAL

O advogado Décio Torres Freire, que defende Clésio Andrade, disse não ver relação entre o relatório da Coaf que cita o vice-governador e quaisquer outros processos.

"A Coaf só informa sobre a movimentação financeira. Não faz nenhum juízo", diz.

Sobre a investigação por suspeita de lavagem de dinheiro envolvendo entidades presididas por Andrade, Freire diz que "o processo que foi instaurado é baseado puramente em presunção".

Freire afirma que ele e seu cliente não têm conhecimento do depoimento do ex-tesoureiro do Banco Rural em que são mencionados saques do Itaq e da CNT.

Sobre a participação de Andrade nas agências de Valério, diz que ele saiu da sociedade em maio de 1998.

O sub-secretário de Comunicação do governo de Minas Gerais, Eduardo Guedes, afirma que "a Secom não patrocinou evento, apenas recomendou o patrocínio da Copasa e da Comig".

O senador Eduardo Azeredo diz que a SMPB tinha a exclusividade do evento, impossibilitando competição em licitação.

Ouvido pela Folha em agosto de 2004, Ronaldo Antônio Costa negou ter conhecimento de qualquer investigação. (FV)

Texto Anterior: [Escândalo do "mensalão"/Hora das provas: Órgão ligado a vice de Aécio recebe R\\$ 7,9 mi](#)

Próximo Texto: [Advogado de petista criticou governo Lula](#)  
[Índice](#)

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - GN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fis:                | 22   |
| Doc:                | 3562 |

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da [Agência Folha](#).



ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

CENTRAL DO ASSINANTE

E-MAIL

SHOPPING UOL

FOLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL

|   |  |   |
|---|--|---|
|  | <p>Diga com flores<br/>Frete Grátis!</p> | <p>Bouquet Branco<br/>e Ursinho FOL<br/>R\$ 76,00</p>  |
|---|--|---|

São Paulo, segunda-feira, 01 de agosto de 2005

**FOLHA**brasil[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/  
PUBLICIDADE****Cristiano Paz, sócio de Marcos Valério, teria pago propina para vencer licitação, segundo depoimento de ex-funcionário da empresa****SMPB teria "ajuste" com Assembléia de MG****THIAGO GUIMARÃES**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

O Ministério Público de Minas Gerais investiga um suposto esquema de propina montado na Assembléia Legislativa do Estado entre 2001 e 2002 para direcionamento da concorrência vencida pela SMPB Comunicação, uma das agências de publicidade das quais Marcos Valério Fernandes de Souza, acusado de operar o "mensalão", é sócio. A investigação faz parte de um inquérito mais amplo, aberto no mês passado e que apura a regularidade de contratos das empresas de Valério com órgãos públicos estaduais e municipais.

No último dia 18, advertido sobre o crime de falso testemunho, um ex-funcionário da SMPB depôs ao Ministério Público nesse inquérito e deu detalhes do suposto esquema montado na Assembléia Legislativa mineira. Ele contou o que teria ocorrido, mas não apresentou provas. Segundo o ex-funcionário, a SMPB "ajustou" com a "administração superior da Assembléia" sua vitória na primeira licitação promovida pelo Legislativo mineiro para contratação de agências de publicidade. O arranjo, segundo ele, foi coordenado pelo publicitário Cristiano Paz, sócio de Valério na SMPB.

O "ajuste" se iniciou, sempre segundo o ex-funcionário, com um "adiantado" de R\$ 120 mil de Paz diretamente para o então presidente da Casa, deputado Antônio Júlio (PMDB). O dinheiro teria sido cobrado da Assembléia pela SMPB por meio da realização de um "relatório de planejamento/ estudo de consultoria".

Após o "adiantado", Paz teria passado a exigir empenho dos funcionários da SMPB para que preparassem o mencionado

|                     |      |
|---------------------|------|
| RGS Nº 03/2005 - GN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 23   |
| Doc:                | 3562 |

"relatório de planejamento/estudo de consultoria", justificando que tinha pago R\$ 120 mil do "próprio bolso" e o serviço fora, de fato, cobrado da Assembléia.

A segunda etapa do "ajuste" foi uma suposta reunião em maio de 2002 na Assembléia, da qual participaram, segundo o ex-funcionário, além de Paz e de Jorge Calabria, então diretor da Perfil Promoções e Publicidade, dois funcionários da Casa: o diretor-geral, João Franco Filho, e o diretor de comunicação institucional, Ramiro Batista de Abreu. A Perfil é a agência que ficou em segundo na licitação e divide o contrato com a SMPB. O contrato com as agências foi assinado em maio de 2002.

Nessa reunião, negociou-se a suposta propina a ser rateada entre os "administradores da Assembléia". Segundo o ex-funcionário, a propina foi chamada de BV (Bonificação de Volume), jargão publicitário para o adicional pago pelos veículos de comunicação a agências que captam muitos anúncios. Apesar do jargão, a fonte da propina seria, na verdade, metade do percentual de desconto de veiculação recebido pela SMPB, afirmou o ex-funcionário.

Desconto de veiculação é o abatimento concedido pelo veículo de comunicação à agência de publicidade. A agência pode reverter parte do desconto para o cliente. É uma das fontes de faturamento da SMPB na Assembléia, ao lado dos serviços diretos (exemplo: criação de "layout") e da produção (exemplo: contratação de gráfica). Se os R\$ 10 milhões anuais do contrato fossem gastos em veiculação, exemplificou o ex-funcionário, a propina a ser distribuída ficaria em R\$ 1 milhão (metade dos 20% de desconto).

O ex-funcionário disse ainda que os preços de serviços de publicidade contratados pela Assembléia até 2001 -quando eram feitos diretamente pela Casa- eram menores do que os intermediados pela SMPB, que foram majorados em cerca de 25%.

A confirmação e o teor do depoimento foram passados à reportagem pelo ex-funcionário, com a condição de não ter seu nome revelado. O Ministério Público não quis se manifestar a respeito, não confirmando nem negando a existência do depoimento.

### **Contrato**

O contrato da Assembléia que a SMPB divide com a Perfil teve valor original de R\$ 8 milhões anuais e vigência de 12 meses, mas vem sendo prorrogado. Por meio de aditivo de 25% -o máximo permitido pela lei em vigor- passou para R\$ 10 milhões anuais. Em maio deste ano, o contrato foi prorrogado por mais 12 meses.

No entanto, a parte do contrato com a Assembléia que diz respeito à SMPB foi suspensa há cerca de 15 dias, por conta de recomendação da Promotoria nesse sentido a todas as instituições públicas municipais e estaduais. A suspensão de licitações e eventuais contratos com as agências SMPB e DNA -outra agência em que Valério é sócio- foi pedida até a conclusão do inquérito.

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 24   |
| Doc:                | 3562 |

Texto Anterior: Outro lado: Polícia Federal nega ingerência em operações

Próximo Texto: Outro lado: Publicitário diz que acusações são mentirosas

Índice

---

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Agência Folha.

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 25   |
| Doc:                | 3562 |



ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

CENTRAL DO ASSINANTE

E-MAIL

SHOPPING UOL

FOLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL

|  |   |   |
|--|---|---|
|  | <p>14/08, Dia dos Pais</p> <p>Diga com Cestas Especiais</p> | <p>Clique aqui e ganhe 8% de desconto em produtos selecionados.</p> |
|--|---|---|

São Paulo, terça-feira, 02 de agosto de 2005

FOLHA **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/CONEXÃO MINEIRA

**Ex-secretário diz que Eduardo Azeredo gastou mais de R\$ 20 mi, mas ele só declarou R\$ 8,5 mi**

### Ação de ex-tesoureiro indica caixa 2 em campanha tucana

**ELVIRA LOBATO**  
DA SUCURSAL DO RIO

O ex-tesoureiro da campanha de Eduardo Azeredo ao governo de Minas Gerais, em 1998, Cláudio Roberto Mourão da Silveira, declarou em uma ação judicial que a campanha custou mais de R\$ 20 milhões.

A cifra é muito maior do que a despesa admitida oficialmente pelo senador Azeredo, presidente nacional do PSDB, que sustenta ter gasto R\$ 8,5 milhões na tentativa de se reeleger governador de Minas. Ele perdeu a disputa para o ex-presidente Itamar Franco.

Em novembro do ano passado, Cláudio Mourão entrou com ação de indenização por danos morais contra Eduardo Azeredo e o empresário Clésio Andrade, candidato a vice-governador na chapa de Azeredo, em 98.

Por envolver um senador, a ação foi impetrada no STF (Supremo Tribunal Federal). Mourão pediu indenização de R\$ 3,5 milhões, alegando que contraiu dívidas para cobrir gastos da campanha, que teriam levado sua família à derrocada financeira.

O relator do pedido, ministro Gilmar Mendes, considerou que a reclamação não é matéria para o STF, mas o processo ainda não foi encerrado.

O senador e ex-governador de Minas Eduardo Azeredo não quis comentar a iniciativa de Mourão, alegando que não foi notificado sobre a reclamação. Também não quis comentar a informação de que os gastos da campanha teriam superado R\$ 20 milhões.

Clésio Andrade, atual vice-governador de Minas, também alegou que não foi notificado e não quis comentar o caso. O ex-tesoureiro conta, na ação, que era secretário de Recursos Humanos e Administração do governo Azeredo

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fis:                | 26   |
| Doc:                | 3562 |

(1995-1998) e que deixou o cargo em julho de 1998 para assumir a coordenação administrativa e financeira da campanha eleitoral.

Disse que, devido à falta de recursos inicial, comprou 98 carros (95 zero-quilômetro e três usados) por intermédio da Locadora de Automóveis União, pertencente a seu filho. A compra, segundo ele, totalizou R\$ 1,638 milhão.

""No epílogo da campanha, existia uma dívida de mais de R\$ 20 milhões que seria quitada com pagamentos de terceiros", diz ele na ação.

O partido teria conseguido levantar o dinheiro em dezembro de 98, mas, nesse meio tempo, vários credores teriam sido pagos com carros da locadora do filho de Mourão. Além disso, restaram débitos em nome da locadora que não teriam sido saldados.

O ex-tesoureiro apresentou ao STF uma procuração, assinada por Azeredo em 1998, dando-lhe poderes para administrar a campanha.

Disse que contraiu dívidas em razão da campanha que acabaram por liquidar o patrimônio de sua família. A locadora, segundo ele, perdeu os 25 carros que possuía, e a família sofreu várias ações judiciais de execução de dívidas.

#### **Valério**

O publicitário Marcos Valério, segundo a Folha revelou na edição da última sexta-feira, foi avalista de um empréstimo de mais de R\$ 200 mil de Cláudio Mourão no Banco Rural, em 2001, quando o ex-tesoureiro já estava em dificuldade financeira. Mourão não quitou o financiamento, que foi cobrado judicialmente pelo Rural. Quando a ação começou, em junho de 2002, a dívida já estava em R\$ 284,7 mil. A ação correu na 12ª Vara Cível, de Belo Horizonte. Em outubro de 2003, as partes fizeram acordo. O empresário Cristiano Paz, sócio de Marcos Valério, disse acreditar que a dívida tenha sido quitada pelo publicitário.

#### **Sumiço**

Desde que foi revelada a existência de um esquema paralelo de financiamento na campanha de Azeredo, em 1998, a Folha tenta localizar Cláudio Mourão, sem sucesso. Seus advogados na petição no STF não quiseram comentar a ação, nem informaram o paradeiro do cliente.

Texto Anterior: Sob suspeita: Ex-assessora do PT aponta caixa dois em Londrina

Próximo Texto: Para Ciro Gomes, senador tucano é "homem sério"

Índice

|                     |
|---------------------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |
| CPMI - CORREIOS     |
| Fls: 27             |
| Doc: 3562           |

# Ninguém compra voto no Brasil.

FOLHA

São Paulo, quarta-feira, 03 de agosto de 2005

FOLHAbrasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/CONEXÃO MINEIRA

**Tucano diz que assessor apoiou candidatos a deputado e, para tal, buscou recursos na SMPB**

### Azeredo admite à CPI caixa dois, mas culpa tesoureiro

**FERNANDA KRAKOVICS**  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em uma atitude ensaiada, o presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), compareceu ontem espontaneamente à CPI dos Correios e admitiu a existência de caixa dois em sua campanha à reeleição ao governo de Minas Gerais, em 1998, mas jogou a responsabilidade para o tesoureiro Cláudio Mourão da Silveira. As fontes dos recursos seriam empresas de Marcos Valério.

Azeredo negou ainda que seu governo tenha avalizado empréstimo tomado pela DNA no Banco Rural nesse mesmo ano e considerou uma "ilação" a afirmativa de que essa operação serviu para financiar candidatos a deputado de sua coligação.

Segundo o tucano, o tesoureiro de sua campanha à reeleição tomou, por iniciativa própria, "decisões estratégicas", como a de apoiar candidatos a deputado, com o objetivo de fortalecer a campanha majoritária. Por causa desses apoios, Mourão teria pedido ajuda à SMPB. "Entendendo que as referidas campanhas fossem fazer as respectivas prestações de conta, ele não as incluiu na prestação da campanha majoritária", disse Azeredo.

O senador levou à CPI uma correspondência de Mourão, escrita de próprio punho, em que ele faz esse relato. Azeredo garantiu que nada sabia. "Quero reafirmar também que não participei de nenhuma decisão de quem quer que fosse no sentido de listar nomes que deveriam receber doações."

O tucano não comentou declaração de seu ex-tesoureiro, em uma ação judicial, de que a campanha custou R\$ 20 milhões, e não os R\$ 8,5 milhões declarados ao Tribunal Regional Eleitoral.

Para o senador, há uma tentativa do governo de desviar o

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 28   |
| Doc:                | 3562 |

foco das investigações. "Não aceito que se cometa contra mim e o meu partido a tentativa proposital e calculada de confundir e misturar acusações sobre gastos de campanha com graves denúncias de corrupção sistêmica", disse ele, em referência ao "mensalão".

Azeredo apresentou à CPI cópia do contrato de empréstimo firmado entre a DNA e o Rural, no valor de R\$ 9 milhões, para mostrar que sua administração não avalizou a operação. A garantia dada pela empresa, no entanto, é um contrato de publicidade com a Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social.

"Só o fato de ele dizer que não é signatário não esclarece muito. O depoimento dele foi insuficiente e incompleto", disse o deputado Maurício Rands (PT-PE).

### **Convocação**

A insistência dos petistas em convocar Azeredo mesmo depois de sua explicação paralisou os trabalhos da CPI durante cerca de quatro horas. A estratégia dos tucanos era evitar o desgaste de uma convocação com a apresentação espontânea do senador.

A sessão foi suspensa na tentativa de chegar a um acordo. Em retaliação, integrantes do PSDB ameaçavam convocar os presidentes dos diretórios estaduais do PT que teriam recebido dinheiro das empresas de Marcos Valério.

A presença de Azeredo havia sido combinada com o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), na semana passada. O tucano pediu a palavra imediatamente após a abertura da sessão.

Texto Anterior: [Toda Mídia - Nelson de Sá: Em andamento](#)

Próximo Texto: [Alckmin pede investigação sobre Lula](#)

[Índice](#)

---

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da [Agência Folha](#).

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 29   |
| Doc:                | 3562 |



ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

CENTRAL DO ASSINANTE

E-MAIL

SHOPPING UOL

FOLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL



São Paulo, quarta-feira, 03 de agosto de 2005

**FOLHA**brasil[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/A LISTA DE VALÉRIO

**Coordenador de campanha de 2002 no Estado afirma que dívida de R\$ 160 mil foi paga por "uma tal" Simone, após ajuda de Delúbio**

### PT de Alagoas diz ter recebido dinheiro de BH

**SÍLVIA FREIRE**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

O coordenador da campanha do PT ao governo de Alagoas em 2002, Ricardo Coelho, disse que a dívida de R\$ 160 mil contraída na eleição foi paga no início de 2003 por meio de uma pessoa chamada Simone, de Belo Horizonte, após pedir ajuda ao então tesoureiro nacional do PT, Delúbio Soares. Ele ainda disse à Folha que, a pedido de uma assessora de Delúbio, o dinheiro não foi declarado à Justiça Eleitoral. "Vou ficar mal com o PT por ter dito que recebemos esse dinheiro, mas é o que posso dizer", disse Coelho.

O coordenador disse não se lembrar do sobrenome de Simone nem da empresa que ela representava. E não pôde confirmar se seria Simone Vasconcelos, gerente administrativa da SMPB, da qual é sócio Marcos Valério. Ela é apontada como uma das responsáveis por repassar dinheiro a pessoas indicadas pelo PT.

O valor da dívida do PT alagoano bate com uma informação dada por Marcos Valério. Na lista apresentada por ele com os nomes e os valores repassados ao PT, consta um repasse de R\$ 160 mil, em 26 de fevereiro de 2003, para "Paulão - PT do Nordeste".

O presidente do diretório regional do PT em Alagoas e deputado estadual, Paulo Fernando dos Santos, conhecido como Paulão, disse que não se envolveu com a parte financeira da campanha.

#### Encontro em SP

Ontem, Coelho deu detalhes do pagamento do débito. Ele disse que em dezembro de 2002 esteve reunido com Delúbio durante um encontro do partido em um hotel de São Paulo,

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 30   |
| Doc:                | 3562 |

quando cobrou ajuda para pagar a dívida. "No encontro do PT no Hilton, tinha mais de 40 pessoas de diferentes Estados para discutir com o Delúbio débitos de campanha de 2002. Tinha até um assessor dele, conhecido como Bola [possivelmente José Mesquita Bolla, lotado na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial], coordenando a entrada das pessoas na sala onde ele atendia." Em janeiro de 2003, segundo Coelho, uma assessora de Delúbio chamada Soraia, que trabalhava no comitê de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, telefonou para dizer que uma Simone entraria em contato. No telefonema, Simone teria pedido que o coordenador da campanha enviasse para um endereço em Belo Horizonte o valor do débito, os nomes dos credores e as notas fiscais. Coelho disse que soube que R\$ 80 mil foram repassados diretamente para a produtora responsável pelos programas de TV. Os outros R\$ 80 mil foram transferidos para uma conta corrente. "Eu estranhei [o esquema], mas estava tão ansioso para pagar os débitos que não questionei [a origem do dinheiro]. Sou vítima desse negócio", disse Coelho. O advogado de Delúbio não respondeu ontem os recados deixado pela reportagem. Em 2002, a senadora Heloísa Helena (PSOL), então no PT, desistiu de disputar o governo de Alagoas. O vereador de Maceió Judson Cabral (PT) disputou a eleição, vencida por Ronaldo Lessa (PSB), reeleito.

Texto Anterior: [Elio Gaspari: Lula, o pastor de bodes](#)

Próximo Texto: [Sacador mostra surpresa sobre constar de lista](#)

[Índice](#)

---

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Agência Folha.

|                     |
|---------------------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |
| CPMI - CORREIOS     |
| Fls: 31             |
| Doc: 9562           |



ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

CENTRAL DO ASSINANTE

E-MAIL

SHOPPING UOL

FOLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL

2005 vai ser o melhor



Ano do Rato da história.

São Paulo, quarta-feira, 03 de agosto de 2005

FOLHA **brasil**[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## Sacador mostra surpresa sobre constar de lista

**FÁBIO VICTOR**  
DA REPORTAGEM LOCAL

Dono da Ponto Focal, empresa que faz brindes e material de campanha para vários partidos do país, entre os quais o PT, Carlos Cortegoso, conhecido como Carlão do Ponto Focal, aparece na lista fornecida ontem por Marcos Valério à Polícia Federal como beneficiário de repasses de R\$ 400 mil das empresas do publicitário.

Quando informado de que seu nome aparecia na lista entregue pelo publicitário mineiro, Cortegoso não soube como reagir. Chegou mesmo a alternar risadas com momentos de constrangimento sobre a situação.

Em entrevista à **Folha**, Cortegoso disse primeiro desconhecer a operação, depois cogitou a hipótese de que tenha acontecido sem que se desse conta e, aparentemente aturdido, fez troça com a situação.

★

### *Folha - Como explica os repasses?*

**Carlos Cortegoso** - Eu não sei. Vamos checar para ver o que é. Não fiz negócio direto com eles. Acho que deve ter algum equívoco. Mas vou checar, porque em negócio de campanha muita gente faz alguma coisa, precisa ver quem paga, quem não paga.

### *Folha - É possível ter havido depósitos num total de R\$ 400 mil sem que você não tenha notado?*

**Cortegoso** - Não sei, às vezes eu tenho intermediário de material de campanha, é comum. Mas Simone, Marcos Valério, isso aí não tem nada não. A não ser que ele tenha feito algum pagamento de alguma dívida que alguém tinha comigo, isso é que preciso checar.

### *Folha - Qual a sua relação com a família Demarchi?*

**Cortegoso** - Minha esposa é Demarchi.

### *Folha - É parente do Laerte Demarchi [amigo do presidente Lula de São Bernardo do Campo]?*

|                     |
|---------------------|
| RQS Nº 03/2005 - GN |
| CPMI - CORREIOS     |
| Fls: 32             |
| Doc: 3562           |

**Cortegoso** - Laerte é amigo do Lula. A minha esposa é filha do Sabino, do outro restaurante, concorrente do São Judas, que é o do Laerte. Somos concorrentes. É a mesma família porque é a maior família da América Latina reunida num só município, são mais de 2.000 em São Bernardo.

**Folha - Você fez material para campanha de Lula em 2002, não?**

**Cortegoso** - Fiz um pouco, às vezes faço por uma empresa, às vezes terceirizo o trabalho. Ó eu no meio desse redemoinho agora, caraca. Será? Mas tem certeza?

**Folha - Tenho.**

**Cortegoso** - Vai ver que é um homônimo, hein? É brincadeira [gargalhada]. Caraca, rapaz, você me assustou. Será que alguém fez pagamento? Que chique. Putz, que mandioca. Vou atrás desse trem todo aí, rapaz. A casa caiu agora. A gente nesse ramo de brinde aqui, rapaz, não agüenta dois minutos de fiscalização.

**Folha - Por quê?**

**Cortegoso** - Porque o mercado é muito informal, tem muita informalidade. Se falar que não é mentira, aí vai ser hipocrisia. Não estou mais na idade nem no tempo de brincar. Mas cuidado com o que fala de mim aí. Não vai botar eu [sic] na quadrilha, pô, sou trabalhador. Putz, que mandioca. Dá pra agüentar uns 20 anos de cana, hein? Caramba. Pelo amor de Deus, vamos checar. É que eu estampo muita camiseta, às vezes pode ser só estampa de camiseta.

Texto Anterior: Escândalo do "mensalão"/A lista de Valério: PT de Alagoas diz ter recebido dinheiro de BH

Próximo Texto: Escândalo do "mensalão"/A lista de Valério:

Tarso quer tirar legenda de quem renunciar

Índice

---

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Agência Folha.

|                     |      |
|---------------------|------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fls:                | 33   |
| Doc:                | 3562 |



ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

CENTRAL DO ASSINANTE

E-MAIL

SHOPPING UOL

FOLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL

|  |   |   |
|--|---|---|
| <br>folhashop | <p>Diga com Tulipas</p>  <p>Diga com Flores Online</p> | <p>Tulipas e Rosas de R\$ 88,00 por R\$ 80,00</p>  |
|--|---|---|

São Paulo, quarta-feira, 03 de agosto de 2005

**FOLHA**brasil[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## Deputados petistas admitem saques

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Os deputados petistas João Paulo Cunha (SP) e João Magno (MG) admitiram ter recebido dinheiro de caixa das empresas do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza. João Paulo, no entanto, contestou o valor, enquanto João Magno negou que o dinheiro se referisse a "mensalão" (pagamento de mesada em troca de apoio no Congresso), alegando que os recursos diziam respeito a campanha política.

Anteontem, a gerente administrativa da SMPB Comunicação, Simone Vasconcelos, disse que tinha autorização para que João Paulo sacasse R\$ 200 mil das contas da empresa, da qual Marcos Valério é sócio. O ex-presidente da Câmara, no entanto, negou o valor, assumindo apenas a retirada de R\$ 50 mil.

João Paulo não falou em nomes, mas a CPI dos Correios apurou que teria sido sua mulher, Márcia Milanésio Cunha, a responsável pelo saque. "O único saque realizado a meu pedido em uma dessas contas foi de R\$ 50 mil, já divulgado e confirmado. Em breve, explicarei publicamente todas as circunstâncias que o envolvem e por que ele foi feito", disse.

### Dívidas de campanhas

João Magno reconheceu o recebimento de R\$ 264.915, com a ajuda de assessores e até mesmo de seu irmão Hermínio Moura Araújo, segundo conversa que teria tido com o senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

"Confirmo que recebi recursos para pagamento de dívidas das campanhas eleitorais de 2002, para deputado federal, e de 2004, para prefeito de Ipatinga, por intermédio da empresa SMPB (...). Lamentavelmente as campanhas eleitorais no Brasil são excessivamente caras, e as regras eleitorais levam a ampla maioria da classe política a receber doações de recursos privados (...) sem contabilizá-las. O que é um erro, admito, mas não significa que roubei a população nem tão pouco o Estado brasileiro", disse ele, também em nota divulgada.

Por meio de sua assessoria, João Magno negou que irá renunciar ao mandato. O mesmo disse o deputado Professor Luizinho (PT-SP), que recebeu R\$ 20 mil por meio de um assessor, segundo Simone Vasconcelos. (LS E MS)

|                     |      |
|---------------------|------|
| RDS Nº 03/2005 - CN |      |
| CPMI - CORREIOS     |      |
| Fis:                | 34   |
| Doc:                | 3502 |

Texto Anterior: Escândalo do "mensalão"/A lista de Valério:  
Tarso quer tirar legenda de quem renunciar  
Próximo Texto: Sócio de Junqueira diz que saque foi por  
caso Daniel  
Índice

---

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Agência Folha.

|                     |
|---------------------|
| RQS Nº 03/2005 - CN |
| CPMI - CORREIOS     |
| Fts: 35             |
| Doc: 3562           |